

# Morfologia Portuguesa

José  
Lemos  
Monteiro

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Monteiro, José Lemos, 1944 –  
Morfologia Portuguesa / José Lemos Monteiro.  
4ª edição revista e ampliada. – Campinas: Pontes, 2002.

Bibliografia  
ISBN 85-7113-056-6

1. Português – Morfologia I. Título

91-2056

CDD-469.5

## Índices para catálogo sistemático:

1. Estrutura da palavra: Português: Lingüística 469.5
2. Morfologia: Português: Lingüística 469.5
3. Palavras: Estrutura: Português: Lingüística 469.5



## MORFES E ALOMORFES

Já sabemos que o termo *morfema* se refere a uma entidade abstrata. Gra-  
vamos também que, quando se concretiza, passando a fazer parte da estrutura  
de uma palavra, é preferível falar-se de *morfe*. O ideal seria que a cada morfema  
correspondesse um único morfe e vice-versa. Infelizmente, porém, conforme  
vamos agora observar mais detidamente, essa correspondência nem sempre é  
perfeita.

### MORFE ZERO

Muitas vezes um morfe deixa de estar presente na palavra. Isso não quer  
dizer que ele inexistia, mas sim que está ausente. Esta ausência tem uma fun-  
ção ou significado e, por isso, é chamada de *ausência significativa*. Quando  
assim ocorre, costuma-se aplicar na análise o artifício do morfe zero, conven-  
cionalmente simbolizado por  $\emptyset$ .

Vejamos alguns casos:

a) Se o nome apresenta uma correspondência de formas (uma para o mas-  
culino, outra para o feminino), é evidente que ambas devem ser marcadas por  
morfes distintos. Como o feminino é formado com o acréscimo do [a], este  
morfe é seu traço distintivo básico. Já o que caracteriza o masculino é a ausên-  
cia de qualquer marca, ou seja, o  $\emptyset$ . Assim:

autor + $\emptyset$	peru + $\emptyset$
autor + a	peru + a
nu + $\emptyset$	guri + $\emptyset$
nu + a	guri + a
freguês + $\emptyset$	José + $\emptyset$
fregues + a	Josef + a

b) O plural é marcado pelo [s]. O singular, pela ausência e conseqüente uso do Ø:

tigre + Ø	jardim + Ø
tigre + s	jardin + s

c) Em muitas formas verbais subentende-se um zero em oposição a outros morfes:

(tu) estud + a + va + s
(ele) estud + a + va + Ø
(ele) estud + a + Ø + Ø

d) Até mesmo a raiz de um vocábulo pode ser formalmente vazia. É o caso do artigo definido em português, que só apresenta vogal temática e desinência:

Ø + o = o
Ø + o + s = os

e) Não raras vezes, ocorre também que um morfe derivacional deve ser interpretado como zero. Se quisermos, por exemplo, produzir verbos da forma primitiva **flor**, utilizaremos sufixos como:

[ej]	→	flor + ej + ar
[esc]	→	flor + esc + er
[e]	→	flor + e + ar

Mas em **florar** ou **florir**, a derivação se processa com o recurso de um zero sufixal:

flor + Ø + ar
flor + Ø + ir

A terminação verbal nesse caso é constituída de vogal temática e desinência. Entre a raiz e essa terminação não ocorre nenhum morfe, porém **florar** e **florir** são reconhecidamente formas derivadas. Uma solução será, pois, admitir a existência do sufixo zero no mecanismo da derivação portuguesa (Monteiro, 1978b).

Há, porém, algumas situações bastante discutíveis, em que a maioria dos estudiosos não admite que se recorra ao morfe zero. Citemos, como exemplos, dois casos relativos ao mecanismo da flexão portuguesa.

O primeiro diz respeito aos nomes que no singular e no plural terminam do mesmo modo. Já vimos que o plural é marcado pelo [s]. Mas em formas como

**ourives, lápis, bíceps, pires** etc. não é possível considerar o [s] como indicação do número dos substantivos, uma vez que já existe no singular. Conceber que o morfe zero pode representar o plural de tais palavras parece um contra-senso, já que ele não poderia opor-se a outro zero, o do singular. Talvez por isso seja mais coerente entender que o mecanismo de indicação do plural, em tais casos, não é morfológico, porém sintático. Será o determinante (artigo, pronome demonstrativo etc.), num contexto frasal, que esclarecerá o número.

O outro caso se refere aos chamados substantivos comuns de dois gêneros, que não apresentam a marca formal do feminino:

o estudante	≠	a estudante
o artista	≠	a artista
o doente	≠	a doente
o dentista	≠	a dentista.

Já sabemos que o feminino em português é marcado por um [a], oposto à ausência de qualquer morfe no masculino. Mas, nos exemplos acima, são iguais as formas para ambos os gêneros. De que modo então seria possível interpretar a formação do feminino, se não há qualquer marca opositiva? Tal como no caso do plural analisado anteriormente, admitir a ocorrência do morfe zero para o feminino nessa situação se torna um contra-senso, já que ele se oporia a outro zero, o do masculino. Por isso, é bem menos incoerente invocar um critério estritamente sintático e concluir que o gênero de certas palavras passa a ser identificado pelos morfemas categóricos dos termos que a elas se referem. Esses termos podem ser artigos (**o** colegial / **a** colegial), pronomes ou nomes que funcionem como adjetivos (**meu** dentista / **bela** estudante).

Por causa de restrições como essas, os autores não são unânimes quanto à adoção do morfe zero na descrição gramatical. Matthews (1976) e Pena (1990) insistem em que alguns lingüistas consideram mesmo inadequada a sua utilização por uma série de razões. Às vezes, sobretudo na flexão verbal portuguesa, existem inúmeras lacunas, o que nos faz usar (ou abusar) de zeros talvez dispensáveis. Todavia, eliminando-os, cria-se um acúmulo de exceções, o que contradiz a própria feição estrutural da língua.

O recurso, com efeito, tenta preservar a correspondência um a um entre morfe e morfema, que muitas vezes deixa de existir. Representa nada mais que um artifício para dar coerência à descrição da estrutura morfológica. Mas, desde que se apliquem procedimentos ou técnicas descritivas também coerentes, ele poderá perfeitamente ser desprezado.

Por fim, é oportuno refletir sobre a seguinte observação de Martinet (1985:61):

Entretanto, se a um significado hipotético correspondesse regularmente uma ausência de realização formal, seria legítimo postular, não apenas um morfe ou significante zero mas também um *signo zero*, isto é, a *inexistência do signo*.

A designação de *morfe vazio* foi empregada pela primeira vez em Hockett (1947) para aqueles casos em que a segmentação da palavra deixa um segmento residual ao qual não corresponde nenhum significado e, por isso, em tese não deve constituir um morfema.

Entre os exemplos que Hockett apresenta encontra-se o caso da vogal temática na flexão verbal. Assim, comparando **cant-a-ré-mos** e **dev-e-sse-s**, o morfe [cant] se opõe a [dev] e cada um expressa um significado próprio; [re] indica o tempo futuro e o modo indicativo, enquanto [sse] marca o imperfeito do subjuntivo; [mos] assinala que a forma verbal é da primeira pessoa do plural e [s] da segunda do singular. As vogais [a] e [e], ao contrário dos morfemes acima analisados, não parecem ter nenhum significado e, por isso, constituem segmentos que não correspondem a qualquer morfema. Seriam então morfemes vazios.

Pode-se, porém, para o exemplo dado, conceber que as vogais [a] e [e] têm algum tipo de significado. É lógico que não traduzem nenhuma noção ou idéia, mas têm pelo menos a função de indicar a que conjugação pertence o verbo. Talvez por esse fato não devam ser consideradas um bom exemplo de morfe vazio.

Outro caso é o da vogal que os gramáticos em geral denominam de *vogal de ligação*. Tanto no processo de derivação quanto no de composição de palavras, muitas vezes ocorre uma vogal vazia de significado entre o radical e o sufixo ou entre dois radicais. É o que se verifica em [[saud](á)vel] e [[pass(a)]tempo]].

O problema básico da análise é o de saber se o segmento deve ou não ser destacado. Em caso afirmativo, constitui um morfe vazio, desde que inaplicável a qualquer morfema. Em caso negativo, surge a questão crucial: a que morfe se deve agregá-lo?

Tudo indica que, no mecanismo da derivação, ele integra o sufixo. Mas, com referência à composição, parece fazer parte do primeiro radical, conforme segmentamos há pouco as palavras **saudável** e **passatempo**.

Na realidade, porém, esse critério é muito frágil. Em **frutuoso**, **casual**, **pãozinho**, **cipriota** etc. sentimos que as vogais antepostas aos sufixos finalizam os temas das palavras primitivas. Como tais, não poderiam integrar os sufixos e deveríamos ter: fruto + [oso] → [[frut(u)oso]; caso + [al] → [[cas(u)al]; pão + [zinho] → [[pã(o)zinho]; Chipre + [ota] → [[cipr(i)ota].

Por outro lado, a hipótese de não se destacar o segmento vazio de significado, além do problema de nem sempre se saber a que elemento ele deve ser agregado, cria uma infinidade de alomorfes, o que com certeza não simplifica a análise linguística. Adotando-se a hipótese contrária, um levantamento dos morfemes vazios ou interfixos no português reduziria drasticamente o número de sufixos, simplificando enormemente a descrição morfológica.

Por fim, resta observar que, como veremos, a vacuidade semântica dos interfixos não é ponto pacífico. E, mesmo que fosse, nem todos os linguistas são unânimes em afirmar que a existência do significado sempre deve caracterizar a presença de um morfema. Jensen (1990:3), entre outros, assim define:

Os morfemas são primariamente unidades estruturais e são tipicamente, porém não necessariamente, portadores de significado.

No mesmo sentido, Aronoff (1976:7), depois de assinalar que o importante no morfema não é o seu significado mas sua arbitrariedade, afirma:

Demonstrarei que, abaixo do nível da palavra, encontramos morfemas que, embora devam ser associados a verdadeiros elementos lingüísticos, não apresentam nenhum significado que possa ser identificado independentemente de cada uma das palavras isoladas em que eles ocorrem.

## MORFE CUMULATIVO

Não é raro que um só morfe possua mais de um significado, expresse duas ou mais noções, o que representa uma quebra da correspondência ideal entre morfe e morfema. Ao contrário do morfe vazio, que não corresponde a nenhum morfema, o cumulativo se relaciona a mais de um.

Exemplifiquemos:

A desinência [mos] em **viajamos** indica a pessoa (primeira) e o número (plural). Será incorreto encontrar dois morfemes, ou seja, dizer que [mo] marca a primeira pessoa e [s] caracteriza o plural. Com efeito, [mos] é indivisível e expressa as duas noções simultaneamente, sendo por isso um morfe cumulativo. Todas as desinências verbais portuguesas se enquadram na mesma explicação.

Quem tentar depreender as formas de um vocábulo sem levar em conta os morfemes zeros, terá logicamente de ampliar o conceito de cumulação. Na palavra **lindo** dirá, por exemplo, que o [o] acumula as funções de vogal temática e desinência. Mas haverá o risco de falsas interpretações. Em **mestre**, por exemplo, seria também concebido como vogal temática e desinência o [e] final do vocábulo. E assim sucessivamente.

Pela cumulação, diremos que o artigo apresenta raiz e vogal temática no mesmo fonema. Tratando-se da forma feminina, a raiz seria /a/? Entenderemos também que o [a] de **solista** acumula as funções de vogal temática e desinência?

Assim sendo, para evitar incoerências, às vezes parece aconselhável recorrer ao artifício do morfe zero. Apesar de muitas estruturas apresentarem lacunas, talvez seja preferível preenchê-las com zeros a ter que dizer constantemente que um só morfe acumula a função de vários.

## MORFE SUPERPOSTO

Há autores, entre os quais Matthews (1972), que distinguem a cumulação da superposição de morfes. Ocorrem morfes cumulativos quando dois ou mais morfemas aparecem representados por uma única forma em qualquer contexto. Assim, em formas verbais como as do futuro, as noções de tempo e modo sempre em português são indicadas por uma só desinência. Por outro lado, fala-se em morfes superpostos quando dois ou mais morfemas aparecem representados por uma única forma apenas em determinados contextos.

Se tivermos as formas verbais:

am-a-Ø-ste	com-e-Ø-ste	sa-í-Ø-ste
am-a-Ø-stes	com-e-Ø-stes	sa-í-Ø-stes

diremos prontamente que se encontram no pretérito perfeito do indicativo. Qual a desinência modo-temporal? Zero. Por este morfe não podemos identificar o tempo, uma vez que o presente do indicativo também é sinalizado por zero na desinência modo-temporal. O que nos faz afirmar que se trata do pretérito perfeito são as marcas [ste] e [stes], que só aparecem neste tempo. Tais marcas, porém, indicam primariamente a pessoa e o número. Se desprezarmos os zeros, concluiremos que no caso se verifica uma superposição de morfes. Ou seja: neste contexto, há uma fusão em que na mesma forma se expressam as noções de número, pessoa, tempo e modo.

Observamos algo semelhante em **viajo**, **corro** e **durmo**. Em que tempo e modo se encontram tais verbos? Todos respondemos que no presente do indicativo. Qual a marca mórfica que nos permite essa conclusão? Sem dúvida, a presença do [o] final, que também indica a pessoa e o número. Tal como no pretérito perfeito, essa desinência pode então ser interpretada como um caso de superposição ou fusão de morfes.

Talvez o conceito de morfe superposto não tenha muita utilidade e crie alguma confusão, desde que muito próximo do de morfe cumulativo. Na realidade, a diferença é só porque este último ocorre em qualquer contexto. Se, em todas as formas verbais, a desinência que marca o número e a pessoa indicasse também o modo e o tempo, haveria no caso cumulação e não superposição de morfes.

## MORFES ALTERNANTES

Quando o morfema se realiza mediante o acréscimo de um segmento fônico, tem-se um morfe aditivo. Assim, as desinências nominais e verbais em português em geral são elementos que se acrescentam ao semantema ou núcleo da palavra. O plural, por exemplo, é formado pela adjução de um [s], que contrasta com o morfe zero do singular.

Há, porém, casos em que a oposição entre duas formas se verifica não em termos de acréscimo de um segmento, mas da permuta entre dois ou mais fones. Tem-se então o processo da alternância, conforme se exemplifica abaixo:

pude	≠	pôde
fiz	≠	fez
avô	≠	avó
pus	≠	pôs

De início cumpre distinguir a alternância regular e predizível daquela que só se verifica em determinados morfes. Ou seja, há uma espécie de alternância que pode ser denominada de *fonológica* e outra, de *morfofonológica*.

A primeira é foneticamente condicionada, sendo por isso regular e automática: acontece sempre que o contexto fônico se realiza, independentemente dos morfemas que aparecem. Um exemplo é o do prefixo [in], que passa a [i] quando a consoante inicial da base é líquida (**irregular**, **ilegal**). A prova de que se trata de uma alternância puramente fonológica está no fato de ocorrer, mesmo com mudança no morfema: se o prefixo [in] for locativo, a mesma alternância se verifica (**irromper**). Outro exemplo é o do fonema /k/, que alterna com /s/ quando aparece uma vogal anterior, como em **opaco** → **opacidade**, **público** → **publicidade** etc.

Já a alternância morfofonológica é aquela que, embora possa ocorrer em função do contexto fônico, não decorre da aplicação de uma regra automática e regular, circunscrevendo-se a morfemas específicos. Um exemplo é o das desinências modo-temporais na segunda pessoa do plural, em virtude de que a vogal /a/ em contacto com o /i/ forma o ditongo /ay/, que se transforma em /ey/: [canta(va + is)] → [canta(ve + is)].

Os fonemas que se encontram nos morfes alternantes podem ser de qualquer natureza: vocálicos, consonantais ou supra-segmentais (acentuais ou prosódicos). Exemplificamos a seguir, para uma melhor diferenciação:

### a) alternância vocálica

firo	≠	feres
tudo	≠	todo
bebo	≠	bebes
olho	≠	olhos
este	≠	esta
sinto	≠	sentes

### b) alternância consonantal

[trag]-o	≠	[traz]-es
[dig]-o	≠	[diz]-es
[faç]-o	≠	[faz]-es
[peç]-o	≠	[ped]-es

### c) alternância acentual

exército	≠	exercito
comércio	≠	comercio
retífica	≠	retifica
história	≠	historia

## MORFES REDUNDANTES

Quando a alternância é o único traço que opõe duas formas, pode tratar-se de um mecanismo de flexão interna. No português, o que ocorre geralmente é a flexão externa, desde que para tanto se utilizam morfemas aditivos. Todavia, em certas situações, constatamos que a alternância é a única marca opositiva, conforme se pode observar nos seguintes pares:

avô	≠	avó
fiz	≠	fez
pude	≠	pôde
pus	≠	pôs
tive	≠	teve
fui	≠	foi

Em tais casos, a alternância constitui de fato um morfema e se pode até dizer que aí ocorre a flexão interna. Na maioria das vezes, porém, além da alternância, as marcas desinenciais estabelecem os contrastes.

Assim sendo, em:

avô	≠	avós
poço	≠	poços
ovo	≠	ovos
grosso	≠	grossos

o plural é marcado pelo [s] oposto ao zero do singular. A alternância de /ô/ para /ó/ apenas reforça a oposição e, por isso, não é o verdadeiro morfema contrastivo. É uma alternância redundante ou submorfêmica. Seria morfêmica se tivéssemos:

### Singular          Plural

avô	≠	avó
ovo (ô)	≠	ovo (ó)
poço (ô)	≠	poço (ó)
grosso (ô)	≠	grosso (ó)

Também nas formas:

bondoso (ô)	≠	bondosa (ó)
ovo (ô)	≠	ova (ó)
sogro (ô)	≠	sogra (ó)
formoso (ô)	≠	formosa (ó)

o feminino é caracterizado pela desinência [a]. A alternância no caso constitui um morfe redundante.

De igual modo em:

faço	≠	fazes
digo	≠	dizes
sumo	≠	somes

as formas verbais se opõem pelos morfemas aditivos [o] ≠ [s]. A língua não se satisfaz e reforçou a oposição com a alternância na raiz. O normal seria:

*fazo	≠	fazes
*dizo	≠	dizes
*sumo	≠	sumes

A noção de morfe redundante de certa forma se opõe à de morfe vazio. Se este em princípio não se associa a nenhum morfema por não apresentar significado, o morfe redundante corresponde a um morfema, mas de modo secundário, por coexistir além de outro que por si só já teria a função de representar o significado da unidade. Por outro lado, do ponto de vista formal, se o morfe vazio é o inverso do morfe zero, o redundante é o oposto do morfe cumulativo (Pena, 1990).

## MORFES HOMÔNIMOS

Outro fenômeno bastante frequente é a homonímia, que se caracteriza pelo fato de que um único morfe corresponde a dois ou mais morfemas distintos. O [s], por exemplo, indica o plural em (as) **amas**. O mesmo morfe, contudo,

indica a pessoa e o número em **(tu) amas**. De modo análogo, o [a] expressa o feminino em **(as) amas**, porém não em **(tu) amas**. Vê-se, então, que a forma em si, tomada isoladamente, não identifica o morfema, estabelecendo-se uma ambigüidade que somente se resolve pela recorrência à classe gramatical da palavra na qual se encontra o morfe.

Além do mais, a ambigüidade pode ocorrer na flexão de uma mesma classe de palavras. Assim, o [e] representa o presente do subjuntivo em **amemos** e aparece no indicativo em **vivemos**. E, por outro lado, o [a] se encontra no indicativo em **amamos** e marca o presente do subjuntivo em **vivamos**.

A homonímia entre morfemes se verifica também na identificação do semantema de muitas palavras. Vocábulos como **terra, terrestre, terreno, terreiro, enterrar** etc. são cognatos, porque em todos aparece o mesmo semantema [terr]. Mas em **terror, terrível, aterrorizar** ou **terrífico**, o semantema continua tendo a forma [terr], sem que se possa dizer que se associa à mesma base de **terra**.

É necessário, pois, ter toda cautela na identificação dos morfemas. O ideal seria que sempre houvesse uma correspondência um a um entre morfemes e morfemas, tornando a descrição gramatical bastante simples. Mas isto quase nunca ocorre em português.

## ALOMORFES

Devemos refletir um pouco mais sobre a questão de dois ou mais morfemes corresponderem a um único morfema. A solução mais comum é acatar o conceito de alomorfia, tal como em fonologia se utiliza o de alofonia. Mas, conforme veremos, tal adoção pode trazer uma série de contradições.

Seja como for, não resta dúvida de que, para uma língua como a portuguesa, o princípio da alomorfia simplifica em muito a descrição da estrutura mórfica. Se bem delimitado, resolverá grande parte dos problemas encontráveis na segmentação dos vocábulos.

Pelo que já explicamos, todo morfema apresenta uma forma e um significado. Mas a forma nem sempre permanece inalterada. Às vezes, em determinados ambientes, ocorrem variações sem que o morfema deixe de ser o mesmo. Se listarmos os cognatos de **pedra**, encontraremos **pedreiro, pedrada, pedraria, apedrejar** etc. O semantema será [pedr]. Todavia, em **petrificar**, notamos que a forma mudou para [petr], conservando o mesmo significado. Dizemos então que [petr] é uma variação mórfica, um alomorfe de [pedr].

O alomorfe se distingue da *norma*. Ele constitui um desvio e, assim sendo, aparece com menos freqüência. Nos cognatos de **pedra**, o semantema quase sempre reveste a forma [pedr], que sem dúvida será a norma. A variação para [petr] ocorre poucas vezes e por isso será um alomorfe.

Esse critério de identificação equivale, em suma, ao da produtividade do morfema. Para tomar apenas uma situação esclarecedora, observemos que o imperfeito do indicativo na primeira conjugação é marcado pela desinência [va], conforme se percebe em **cantava, cantavas** etc. Nas demais conjugações, a desinência muda e temos **corria, corrias** etc. ou **partia, partias** etc. Como, entretanto, a primeira conjugação é a mais produtiva, de tal modo que hoje praticamente só se criam verbos terminados no infinitivo em [ar], concluímos que [va] é a norma, sendo [a] um alomorfe.

Aqui é oportuno discutir se esse critério deve ser aplicado na distinção, quando as formas não forem aparentadas ou semelhantes fonologicamente. Sabemos, por exemplo, que existem vários sufixos formadores de nomes abstratos, entre os quais [dade], [eza], [ura] etc. Será lícito considerar [eza] e [ura] como variantes de [dade], já que este sufixo parece ser o mais produtivo da série? Julgamos que não. Preferimos dizer que se trata de morfemas diversos.

O assunto é complexo. Gleason Jr. (1978) opina que não há necessidade de que os alomorfes sejam semelhantes na forma e lembra mesmo que a diferença pode ser tão grande como a da raiz de **go** e **went**, caso idêntico ao que ocorre em português com o verbo **ir** (cf. **vou, fui, irei** etc.). Por conseguinte, para Gleason Jr. (1978), não há razão alguma que impeça um morfema de ter alomorfes amplamente divergentes. A mesma opinião é partilhada por Hodge (1972), ao admitir que os alomorfes podem apresentar formas predizíveis ou inteiramente arbitrárias.

Apesar disso, cremos que a alomorfia deveria ter um conceito delimitado de modo rígido, que a distinguisse da heteronímia ou da pura sinonímia. A rigor, no caso de **ir** (ou **ser**), existem raízes heteronímicas. Se as consideramos alomórficas (cf. adiante a análise que fazemos dos desvios do padrão geral dos verbos), é que tomamos por base a configuração de um paradigma verbal.

Em se tratando de raízes sinônimas, a situação parece mais delicada ainda. Será coerente afirmar que o primeiro componente de **datilografia** é alomorfe de **dedo**? Ou, como indaga Lepschy (1971), será válido dizer que **pilastra** e **coluna** são dois alomorfes de um mesmo morfema, em virtude da proximidade de seus significados?

Além desse problema, existe o de fixar critérios de identificação a partir dos condicionamentos motivados pelo ambiente ou contexto em que as variações ocorrem. Já vimos que o prefixo [in] se transforma em [i] antes de consoante líquida (**ilegal, irreal** etc.). Vimos também que o /k/ muda para /s/ antes de sufixo iniciado por vogal anterior (cf. **público / publicidade**). Podemos ainda acrescentar a variação [vel] ~ [bil], determinada por esse mesmo contexto (cf. **amável / amabilidade / amabilíssimo**), e a que afeta /d/ > /z/ antes de [-ão] (cf. **invadir / invasão; persuadir / persuasão**). Mas freqüentemente, sobretudo na alomorfia de raízes, é difícil predizer qualquer variação.

Nesse sentido, Jensen (1990:8) chega até a definir os alomorfes como “variantes de um morfema que não são fonologicamente predizíveis”. Corbin (*apud* Rio-Torto, 1986:135) diz quase a mesma coisa: “variações de natureza fonológica não explicáveis fonologicamente que afetam um morfema pertencente a uma categoria lexical maior ou afixal.” E, em Ortega (1990:67), se lê a seguinte afirmação:

A escolha dos alomorfes não tem nenhuma base fonética, nem depende da classe gramatical da base ou de qualquer traço fonológico específico. É, na realidade, uma alternância totalmente aleatória, que não pode ser identificada mediante uma regra.

Além disso, há situações em que duas formas figuram alternadamente num mesmo contexto, embora com possibilidade de diferenças estilísticas. É o que se verifica com o sufixo de **flor[inha]** e **flor[zinha]**. Como o conceito de alomorfia leva em conta a diversidade de contextos, para esse caso alguns autores preferem falar de variante ou alternância livre.

Seja como for, mencionamos a seguir alguns tipos de alomorfia, em que se percebe de imediato a identidade semântica das formas aparentadas.

#### a) Alomorfia na raiz

cabra / caprino	→	[cabr] ~ [capr]
lei / legal	→	[le] ~ [leg]
ouro / áureo	→	[our] ~ [aur]
boi / bovino	→	[bo] ~ [bov]
vida / vital	→	[vid] ~ [vit]
noite / noturno	→	[noit] ~ [not]

#### b) Alomorfia no prefixo

transpassar / trasladar	→	[trans] ~ [tras]
inapto / ilegal	→	[in] ~ [i]
aposto / adjunto	→	[a] ~ [ad]
excêntrico / esforçar	→	[ex] ~ [es]

#### c) Alomorfia no sufixo

amável / amabilidade	→	[vel] ~ [bil]
livreiro / mesário	→	[eiro] ~ [ário]
bacharelato / mestrado	→	[ato] ~ [ado]
beleza / altivez	→	[eza] ~ [ez]
bebedouro / lavatório	→	[douro] ~ [tório]

#### d) Alomorfia na vogal temática

vendemos / vendido	→	[e] ~ [i]
pão / pães	→	[o] ~ [e]
belo / bela	→	[o] ~ Ø
*sale / sais	→	[*e] ~ [i]

#### e) Alomorfia na desinência nominal

No par **avô** ≠ **avó**, os traços distintivos /ô/ e /ó/ podem ser considerados alomorfes das desinências Ø (masculino) e [a] (feminino).

#### f) Alomorfia na desinência verbal

cantávamos / cantáveis	→	[va] ~ [ve]
cantaremos / cantarás	→	[re] ~ [rá]
cantaremos / cantares	→	[r] ~ [re]
cantais/ cantastes	→	[is] ~ [stes]
cantas /cantaste	→	[s] ~ [ste]
sois / ledes	→	[is] ~ [des]

## EXERCÍCIO II

1. Vocábulos como **lápis** e **pires** têm singular e plural, embora com a mesma forma. Há, porém, algumas palavras que só se empregam no plural. Exemplifique-as.

2. Tomando por base a forma **andávamos**, substitua [mos] por Ø. Depois, faça o mesmo com o morfema [va]. Deduza, então, a função de cada Ø.

3. Os substantivos epicenos, tais como **jacaré** e **onça**, têm um só gênero, ou o masculino ou o feminino. É lícito no caso falar-se em morfe zero?

4. Dos pronomes mencionados a seguir, identifique os que não constituem formas livres: **alguém, que, eu, teu, o, algo, mim, este, si, você, nos**.

5. Em **esta menina**, o feminino do substantivo é marcado por dois traços, um mórfico e outro sintático. Quais são?

6. Em que circunstância uma forma presa é empregada como forma livre?

7. No par **avô/avó**, qual o traço que distingue o masculino do feminino?

8. As formas verbais em geral apresentam quatro elementos: radical, vogal temática, desinência modo-temporal e desinência número-pessoal. Orientando-se pela segmentação de **and-á-va-mos**, assinale as alternativas em que os zeros estariam corretamente empregados:

- a) and - a - Ø - mos
- b) so - Ø - Ø - mos
- c) po - Ø - mos - Ø
- d) hav - Ø - e - mos
- e) part - i - Ø - mos
- f) part - Ø - a - mos
- g) and - Ø - e - mos

9. Por que a desinência do masculino em português é Ø?

10. Na chamada derivação imprópria, caracterizada geralmente pela mudança da classe gramatical, pode-se admitir a ocorrência do sufixo zero. Assim, a segmentação do numeral sete, quando substantivado, é [set]Ø[e]Ø], em que o primeiro zero indica a derivação e o segundo marca a flexão. Cite mais cinco exemplos semelhantes.

11. Conforme o tipo de fenômeno que ocorra nas formas abaixo, coloque nos parênteses: Ø (Morfe zero), MV (Morfe vazio), MS (Morfe superposto), MA (Morfes alternantes), MR (Morfes redundantes), MH (Morfes homônimos).

- ( ) fomos (verbo ser) ≠ fomos (verbo ir)
- ( ) juiz ≠ juíza
- ( ) expus ≠ expôs
- ( ) ridicularizar
- ( ) decido

12. Numere a coluna da direita de acordo com as referências feitas à esquerda:

(1) Um morfe, nenhum morfema	( ) Morfe vazio
(2) Um morfe, mais de um morfema	( ) Morfe redundante
(3) Mais de um morfe, um morfema	( ) Morfe zero
(4) Nenhum morfe, um morfema	( ) Morfe cumulativo

## ANÁLISE MÓRFICA

A língua é um sistema e, como tal, se constitui de partes interdependentes. O perfeito funcionamento de um sistema se caracteriza pela organização, mantida por leis próprias. As partes devem estar intimamente relacionadas, de tal modo que o todo seja harmônico.

Desmontar um sistema é analisá-lo com o fim de conhecê-lo. Tudo o que desejamos estudar pressupõe essa tarefa. Se pretendermos compreender o funcionamento do motor de um automóvel, teremos que observar as peças que o compõem. É preciso examiná-las detidamente, perceber as relações que mantêm entre si, até o ponto de sermos capazes de remontá-las.

Na realidade, as peças isoladas pouco valem, desde que só funcionam integradas. Por isso, não adianta conhecer bem as partes se não houver um esforço de integração, uma visão do todo. Quem não tiver essa precaução jamais compreenderá o sistema e permanecerá com uma visão parcial, especializada, incapaz de explicar adequadamente os problemas que possam ocorrer.

Num estudo da língua, somente por questões didáticas, faz-se a abstração do todo enquanto se analisam as partes. Há, segundo as gramáticas, pelo menos três níveis estruturais distintos: o fonológico, o morfológico e o sintático. Não obstante, morfologia e sintaxe existem isoladamente e os limites entre fonologia e morfologia também se desfazem com facilidade.

Apesar disso, é praticamente inviável estudar o sistema como um todo, de uma só vez. Daí, a justificativa para as diversas análises a que se submetem as unidades lingüísticas.

O trabalho de desmontagem que realizamos aqui denomina-se *análise mórfica*. Nossa preocupação principal é a de descobrir a estrutura formal, os constituintes de cada vocábulo, através de técnicas usadas modernamente. A análise mórfica consiste, por conseguinte, na apreensão das formas mínimas dos vocábulos, isolando-se todos os elementos providos de significado. Não é arbitrária nem se confunde com a análise dos fonemas ou das sílabas.

Se na palavra **figueira** fizermos as segmentações:

- a) f - i - gu - e - i - r - a
- b) fi - guei - ra

não estaremos identificando os morfemes constituintes do vocábulo. Tais segmentações valeriam para um estudo fonológico, em que nenhum elemento tem significado por si mesmo. Na análise mórfica, enfatizamos, os cortes levam em conta a presença de significado em cada elemento.

A técnica principal da análise mórfica, que a impede de ser arbitrária, é a comutação. A comutação se baseia no princípio de que tudo no sistema linguístico é oposição e consiste na substituição, pelo confronto, de uma forma por outra. Trata-se de um conceito bastante utilizado em fonologia, consistindo nesse nível, conforme explica Munot (*ap.* Debaty-Luca, 1986), na permuta de um elemento fônico por um outro, no mesmo contexto fonético, para ver se tal permuta produz ou não uma modificação do conteúdo.

A título de exemplificação, analisemos o adjetivo **belíssimo**:

- a) belíssimo + Ø ≠ belíssimo + s (Ø ≠ s)
- b) belíssimo + Ø ≠ belíssimo + a (Ø ≠ a)
- c) belíssim + o ≠ belíssim + a + mente (o ≠ a)
- d) bel + íssimo ≠ bel + eza ≠ bel + dade (íssimo ≠ eza, dade...)
- e) bel + íssimo ≠ bon + íssimo ≠ lind + íssimo (bel ≠ bon, lind...)

As formas mínimas encontradas foram:

- a) Raiz – [bel]
- b) Radical – [belíssim]
- c) Vogal temática – [o]
- d) Tema – [belíssimo]
- e) Sufixo Derivacional – [íssimo]
- f) Desinência de gênero – Ø
- g) Desinência de número – Ø

Temos então: [bel]íssim[o]ØØ.

Há, porém, pelo menos dois fatores que exigem a maior cautela na análise mórfica de um vocábulo. O primeiro diz respeito à ordem dos constituintes, que não é linear, mas hierárquica.

Exemplificando: não estaremos interpretando bem, se pensarmos que uma palavra como **reformulação** foi gerada assim:

- a) [form(a)] + [ul(a)] → fórmula
- b) [formul(a)] + [a(r)] → formular
- c) [formular] + [ção] → formulação
- d) [re] + [formulação] → reformulação.

Na realidade, como o prefixo [re] em geral se acrescenta a bases verbais, ele não pode ser aplicado diretamente ao nome **formulação**, mas ao verbo **formular**. Daí, teremos:

- a) [form(a)] + [ul(a)] → fórmula
- b) [formul(a)] + [a(r)] → formular
- c) [re] + [formular] → reformular
- d) [reformula(r)] + [ção] → reformulação.

O outro fator se relaciona com a possibilidade de que uma palavra complexa encerre mais de uma relação semântica entre seus morfemas, havendo pois relações morfológicas distintas entre seus constituintes. A palavra **inutilizável** tem significado ambíguo: tanto pode referir-se a algo “que não pode ser utilizado”, como a algo “que pode ser inutilizável”. Daí, serem possíveis duas análises:

- a) [in[[[util]izá]vel]] = “que não pode ser utilizado”
- b) [[[in[util]]izá]vel] = “que pode ser inutilizável”.

A primeira segmentação se baseia na seguinte cadeia: útil → utilizar → utilizável → inutilizável; a segunda reproduz a seqüência: útil → inútil → inutilizar → inutilizável.

De modo idêntico, o vocábulo **incapacitado**. Pode referir-se a alguém “que é tido como incapaz” ou a alguém que é “não capacitado”. Daí, as seguintes análises:

- a) [[in[[capac]ita(r)]]do] = “que é tido como incapaz”
- b) [in[[[capac]ita(r)]]do] = “não capacitado”.

É oportuno, pois, ter em mente que os morfemas se contextualizam numa base, de acordo com Ortega (1990), em função de critérios sintáticos, semânticos e morfológicos.

Os critérios sintáticos se referem à distribuição dos morfemas de acordo com a categoria sintática da base a que se agregam. Assim, por exemplo, o prefixo [in], com valor negativo, somente se acrescenta a bases adjetivais (**inseguro**, **intolerável**); quando aparece em substantivos ou em advérbios derivados, é porque na base destes existe um adjetivo, como em:

- a) forma → formal → informal → informalidade: [[in[[form(a)]<sub>N</sub> al]<sub>A</sub> Ø]<sub>A</sub>] idade]<sub>N</sub>
- b) tolerar → tolerável → intolerável → intoleravelmente: [[in [[tolera(r)]<sub>V</sub> vel]<sub>A</sub> Ø]<sub>A</sub> mente]<sub>Adv</sub>

Entretanto, o prefixo [in] com valor privativo, pode unir-se a substantivos ou a verbos:

- a) eficaz → eficácia → ineficácia: [in[[eficác]ia]]
- b) capaz → capacitar → incapacitar: [in[[capac]itar]].

Quando os procedimentos de distribuição baseados em critérios sintáticos falham, a interpretação semântica deve ser invocada. Assim, um adjetivo como **contra-revolucionário** só pode ser interpretado como “adepto da contra-revolução” e não como “quem é contra um revolucionário” e, portanto, tem que ser analisado como [[contra[revolucion]<sub>N</sub>]Ø]<sub>N</sub> ário]<sub>A</sub> e não como [contra[[revolucion]<sub>N</sub> ário]<sub>A</sub> Ø]<sub>A</sub>.

Todavia, de acordo com a advertência de Ortega (1990), as considerações semânticas não podem sempre ser a base da análise mórfica e, portanto, não devem ser o ponto de partida para a descrição entre as partes recorrentes das palavras. Ou seja, embora haja conexões sistemáticas entre forma e significado, a delimitação das unidades deve levar em conta principalmente critérios puramente morfológicos. Basta lembrar, por exemplo, que a noção de palavra existente é que determina em muitos casos a correta ordenação das camadas estruturais de um derivado. Assim, a palavra **invariavelmente** é constituída de **invariável + mente** e não de **in + variavelmente**, porque não existe o advérbio **\*variavelmente**.

## UNIDADES DA ANÁLISE

Mediante a análise mórfica, somos capazes de identificar os segmentos ou unidades que expressam algum significado. Em linhas gerais, tais segmentos vão desde a palavra vista como um todo até os afixos que apenas marcam as flexões. Vamos agora sedimentar alguns desses conceitos básicos.

### PALAVRA SIMPLES

A palavra simples constitui a unidade morfológica superior ou forma livre com independência fonológica. Recapitulemos as principais noções anteriormente vistas.

Forma livre é qualquer vocábulo que possa ser empregado isoladamente. O teste de identificação é trivial: basta fazer uma pergunta; se na resposta a unidade sozinha fizer sentido, ela será então uma forma livre.

Exemplo:

- Que é aquilo?
- Mar.

Se **mar** é forma livre, o mesmo não se dirá do sufixo [ujo], necessariamente ligado a outra unidade. Portanto, [ujo] é uma forma presa. Unindo [mar] e [ujo], teremos **marujo**. Será forma livre?

Vejamos:

- Qual a profissão dele?
- Marujo.

Há uma diferença entre **mar** e **marujo**. Ambos os nomes são formas livres, porém se constituem diversamente: **mar** é *indivisível*; **marujo** é *divisível*.

Forma indivisível é aquela que só apresenta um constituinte:

pó	sol	me
mar	pá	mas
pé	eu	de
luz	tu	para

Forma divisível é a que possui mais de um elemento:

[lut] a] s]  
[re [luz] i ] r]  
[pé] s]  
[[[son] or] iz] a] r ]  
[[pe] zinh] o] s]  
[[[grand] (i)os] (i)dad] e]

As formas indivisíveis, segundo se percebe facilmente, podem ser livres (nomes, alguns pronomes etc.) ou dependentes (instrumentos gramaticais). As divisíveis em geral são formas livres e se constituem morficamente de:

- forma livre mais forma(s) presa(s);
- duas ou mais formas presas.

Há uma tendência em se dizer que toda palavra é forma livre. Os artigos, as preposições, conjunções e certos pronomes não devem ser considerados como palavras porque não são formas livres. Por esse critério, a fronteira é invadida com relativa facilidade, e uma preposição pode ser palavra desde que, enunciada sozinha, forme sentido. É o caso, por exemplo, da preposição **contra** (Macambira, 1970). Existem também algumas palavras que a rigor não são formas livres, por não funcionarem isoladamente. Observe-se **Dom** em **Dom Hélder**. Dificilmente se formulará uma pergunta cuja resposta seja apenas **Dom**, com o significado acima.

Todos os elementos mórficos, com exceção de algumas raízes, são formas presas e se articulam para produzir as palavras. Assim, estas basicamente constam de duas partes, uma denominada de *tema* e outra, de *flexão*. O tema, combinação do radical com a vogal temática, pode apresentar prefixo, raiz e sufixo. A flexão se realiza através de desinências, que indicam categorias nominais ou verbais conforme a classe da palavra analisada. Adiante isto será estudado parceladamente.

## RAIZ

Embora o termo seja muito familiar nos estudos de morfologia, há uma série de problemas em sua aplicação. Por isso, vamos esclarecê-lo de forma bem didática.

Comecemos por observar o seguinte conjunto de palavras:

A {mar, maré, marinha, marinheiro, marítimo, maresia, submarino, marola}

O que facilmente percebemos aí é que em todas as palavras aparece o elemento [mar]. Os vocábulos do conjunto A são aparentados por um vínculo comum de forma e significado.

É óbvio que o conjunto:

B {terra, terrestre, terráqueo, terreno, terreiro, aterrar, enterrar... desterrar}

já não guarda com o conjunto A nenhuma relação de forma ou significado. Inferimos que os semantemas dos conjuntos A e B se opõem: [mar] ≠ [terr].

Se agora tivermos:

C {terror, terrível, aterrorizar... terrífico}

notamos que a raiz [terr] tem a mesma forma da raiz de B. É ilógico, contudo, afirmar que C pertence a B, porque não existe qualquer vínculo de significação.

Mas, se pensarmos nos conjuntos:

D {amor, amar, amável, amigo, amizade... desamar}

D' {inimigo, inimidade... inimizar}

veremos que [am] (D) e [im] (D') divergem na forma e equivalem-se no significado. O conjunto D' está contido em D.

Ou seja:

U {amor, amar, amável, amigo, amizade, desamar, inimigo, inimidade... inimizar}

Concluimos que o significado é essencial no conceito de raiz. A simples variação da forma não cria nova raiz. O semantema presente em [im] é o

mesmo de [am]. Todavia, não é correto dizer que [terr] (B) e [terr] (C) sejam uma única raiz, pois, embora tenham a mesma forma, são diferentes quanto ao que possam significar.

Isto não quer dizer que o vínculo formal se torne desnecessário para a caracterização da raiz. As palavras do conjunto:

E {casa, morada... vivenda}

não têm a mesma raiz, porque inexistem entre elas qualquer relação mórfica. A associação é puramente semântica, formando uma série de sinônimos, não uma série de cognatos. Conforme é fácil de deduzir, cognatos são vocábulos que possuem a mesma raiz ou semantema. O conjunto de termos cognatos entre si constitui uma família léxica.

Quando a raiz sofre alteração mórfica, sem que mude o seu significado básico, continuará sendo a mesma. Repetimos que houve então o fenômeno da alomorfia.

A raiz de D' é um alomorfe da raiz de D. Transcrevemos:

[am] ~ [im]

em que se lê: a raiz [am] alterna com [im].

No conjunto E as raízes não constituem alomorfes entre si, desde que são inteiramente outras na forma e cada uma delas cria conjuntos próprios:

F {casa, casebre, casinha... casario}

G {morada, moradia, morador... morar}

H {vivenda, vivente, vivedor... viver}

Gravemos a definição de Saussure (1970:216):

Raiz é o elemento irredutível e comum a todas as palavras de uma mesma família.

O elemento é irredutível quando não pode mais ser segmentado. No vocábulo **amabilidades** fazemos as seguintes segmentações:

- amabilidade - s
- amabilidad - e - s
- amabili - dad - e - s
- amabil - i - dad - e - s
- ama - bil - i - dad - e - s
- am - a - bil - i - dad - e - s

O último elemento é [am]. Não é possível reduzi-lo mais ainda por causa do significado presente em todos os cognatos. Dizemos, pois, que a raiz do vocábulo é [am], a mesma de **amar** e **amor**.

Citemos mais duas definições que insistem nesse mesmo aspecto:

a) Raiz é a forma que não é ulteriormente analisável, tanto em termos da morfologia derivacional como da flexional. É a parte da forma da palavra que resta quando se destacam todos os afixos (Bauer, 1983:20).

b) Raiz é o segmento básico ou constante no significante da palavra que, como resultado da eliminação em tal significante dos afixos derivativos e/ou flexivos, é irredutível ou não susceptível de análise ulterior (Pena, 1993:389).

Podemos então destacar os seguintes pontos para fixação:

- A raiz é o elemento de onde parte a primeira operação morfológica.
- É uma forma necessariamente presa, portadora da carga semântica da palavra. Por isso, constitui o núcleo.
- Apresenta forma e significado, podendo receber elementos diversos e servir como ponto de partida para a produção de cognatos.
- É irredutível, mas às vezes sofre variações na forma, aparecendo em outras palavras como alomorfe.

## RADICAL

A noção de raiz leva-nos de imediato ao conceito de radical. Vimos que o semantema do conjunto A é [mar]. Mas notamos que as palavras, se estão associadas por um vínculo de significado, não são sinônimas pois apresentam, além da raiz, elementos que as distinguem umas das outras. Esses elementos denominam-se *afixos* (em A são sufixos, com exceção apenas de [sub]). Os sufixos especializam ou particularizam o significado genérico da raiz presente numa série de cognatos. Por outras palavras: a raiz tem um significado genérico, transformável em noções específicas mediante o uso de afixos. Quanto mais afixos, menos geral será o significado da palavra. Assim, em termos de generalidade decrescente, vemos que:

- mar** é mais abrangente que **marinha**, **marinheiro**, **marinheirosco**;
- marinha** é mais abrangente que **marinheiro** e **marinheirosco**;
- marinheirosco** é o termo de significado mais específico e menos abrangente.

O radical inclui a raiz e os elementos afixais que entram na formação das palavras. A série acima citada traz os seguintes radicais:

- a) [mar];
- b) [marinh];
- c) [marinheir];
- d) [marinheiresc].

Observa-se que na forma primitiva o radical é a própria raiz. Tratando-se de derivado, a situação é outra: ou se considera o radical diferente da raiz ou esta é um radical primário. Disto se infere a possibilidade de uma palavra ter vários radicais. Na palavra **desregularização**, podemos contar seis graus no radical:

- a) [reg] (radical de 1º grau);
- b) [regul] (radical de 2º grau);
- c) [regular] (radical de 3º grau);
- d) [regulariz] (radical de 4º grau);
- e) [desregulariz] (radical de 5º grau);
- f) [desregularizaçã] (radical de 6º grau).

É oportuno fixar que o radical verdadeiro será o de grau mais elevado. Esta orientação, além de simplificar o estudo descritivo da estrutura das palavras, traz a vantagem de estabelecer uma espécie de oposição binária raiz x radical na formação vocabular, aclarando a delicada questão dos constituintes imediatos. O radical de grau mais elevado inclui todos os demais, mas estes a rigor devem ser considerados como radicais específicos das palavras que lhes serviram de base. No exemplo analisado, [regulariz] e [desregulariz] são, respectivamente, radicais de **regularizar** e de **desregularizar**. Por isso, cada palavra tem seu radical próprio.

Exemplos:

- a) descobrimento: R = [cobr]; Rd = [descobriment].
- b) juramento: R = [jur]; Rd = [jurament].
- c) criaturinha: R = [cri]; Rd = [criaturinh].
- d) reviverei: R = [viv]; Rd = [reviv].

Deve, por conseguinte, ficar bem claro que raiz e radical são conceitos bem distintos. Lyons (1982:112) explica:

A diferença entre radicais e raízes é que as raízes são morfologicamente inanalísáveis, ao passo que os radicais podem ter, além da raiz, um ou mais afixos derivacionais.

## TEMA

Compreendemos já que a estrutura de uma palavra se define pela articulação de vários elementos, dos quais o principal se denomina raiz ou semantema. Quando a palavra for primitiva, raiz e radical se confundem. Quando, porém, houver morfemas derivacionais, estes farão parte do radical, que será mais extenso do que a raiz.

Observando os vocábulos portugueses, verificamos que geralmente terminam por uma vogal, depois da qual costumam aparecer as desinências. Dessa forma, **casamento**, **foguete** e **cadeira**, após as vogais finais (o, e, a) recebem o morfe [s] indicativo do plural. Os radicais das palavras citadas são: [casament], [foguete] e [cadeir].

Com a vogal final, que se denomina *vogal temática*, o radical passa a ser conhecido como tema. O tema é, por conseguinte, um tipo de radical ou o radical completo do vocábulo, pronto para receber os morfemes próprios das categorias gramaticais.

Todavia, alguns autores empregam o termo em pelo menos duas outras acepções:

a) Tema é a forma presa que não contém afixos flexivos e, portanto, não está pronta para realizar-se como palavra e poder inserir-se na estrutura sintática. Nesse sentido, um elemento como [filo] pode ser considerado um tema que entra na formação de palavras: **filarmonia**, **anglófilo** etc.

b) Tema é qualquer morfema ou combinação de morfemas aos quais se acrescenta um afixo. Gleason Jr. (1978), cita como exemplos os vocábulos ingleses **friends** e **friendships**, cujos temas seriam respectivamente /frénd/ e /fréndʃip/.

Apesar de não discordarmos de tais conceitos, julgamos oportuno distinguir, nos vocábulos da língua portuguesa, o tema do simples radical. Por isso, sempre que falarmos em tema, estaremos fazendo referência ao radical acrescido da vogal temática.

Em português, os temas se classificam em nominais e verbais. Os nominais findam por qualquer vogal átona, ao contrário dos verbais, cujas vogais temáticas podem ser tônicas.

Os nomes, em sua maioria, se agrupam em três tipos de tema:

- a) Tema em /a/ - vida, terra, beleza;
- b) Tema em /o/ - feio, cachorro, mosaico;
- c) Tema em /e/ - triste, decente, pedestre.

Os verbos também se enquadram em três grupos:

- Tema em /a/ - cantar, pular, viajar;
- Tema em /e/ - correr, fazer, saber;
- Tema em /i/ - sair, fugir, partir.

Ainda com relação aos nomes, constatamos que nem todos terminam por vogal, deixando por isso de apresentar um tema concreto. As palavras **carnaval, mulher, inglês, qual** etc. são radicais atemáticos, isto é, não possuem vogal temática, do mesmo jeito de fé, cipó, mandacaru, imã e lâ, que findam por vogal tônica ou nasal.

Num estudo mais detido, admite-se que as palavras terminadas por /l/, /s/, /z/ ou /r/ são temas teóricos em [e]. Esta vogal temática na maioria dos casos aparece no plural. Assim, os vocábulos **mar, cônsul, vez e japonês** devem ser entendidos teoricamente como \*mare, \*cônsule, \*veze e \*japonese. Não raro esta mesma vogal temática é grafada com a letra **i**, se o nome finda por /l/ no singular. Ao formar-se o plural, pode ocorrer a síncope do /l/, conforme se observa em **final, fácil ou projétil**. Comprovemos: \*finale → finais → finaes (finais).

Se quisermos separar os morfemas de **cipós**, diremos que só há dois elementos: [cipó]s]. É incorreto destacar a vogal tônica, pois aí não se trata de vogal temática. Esta, insistimos, é átona e oral, sempre que o vocábulo for um nome.

Daí formulamos uma regra:

**A vogal temática, por ser átona, em contacto com sufixo iniciado por vogal, sofre elisão ou crase.**

A elisão ocorre se as vogais são distintas. A crase, se as vogais são iguais. Exemplifiquemos:

lindo + íssimo = lindoíssimo → lindíssimo  
casa + ebre = casaebre → casebre  
lindo + a = lindoa → linda  
pedra + ada = pedraada → pedrada

Com os nomes findos por vogal tônica ou nasal deixará de haver elisão:

cipó + al = cipoal  
caju + ina = cajuína  
Pará + ense = paraense  
Piauí + ense = piauiense

Só em casos excepcionais, a vogal tônica desaparece, como em Ceará + ense = cearaense → cearense, o que nos faz supor que o topônimo Ceará já foi pronunciado como paroxítono, à semelhança de Saara.

Nos ditongos decrescentes, o índice temático é uma semivogal que deixa de existir frequentemente nos derivados, operando-se na raiz o fenômeno da alomorfia:

le + i	→	leg + al	([le] ~ [leg])
cé + u	→	cel + este	([cé] ~ [cel])
cã + o	→	can + il	([cã] ~ [can])
pã + o	→	pad + eiro	([pã] ~ [pad])

Se depois da vogal temática for acrescentado um sufixo derivacional iniciado por uma consoante, a vogal permanece mas deixa de vir antes das flexões. Por isso, não será mais vogal temática. Deverá ser interpretada como vogal de ligação ou interfixo.

Em:

[decent] + e + [s]  
[pa] + i + [s]  
[flor] + e + [s]

as vogais em destaque são pré-desinenciais e, por esse motivo, se classificam como vogais temáticas.

Em:

[decent] + e + [mente]  
[pa] + i + [zinho]  
[flor] + e + [zinhas]

elas são pré-sufixais e funcionam, pois, como interfixos ou vogais de ligação.

Quando se trata de verbos, cabe a mesma interpretação. Em [am]a[r], [venc]e[r] e [pun]i[r], as vogais em destaque indicam as conjugações e vêm antes da desinência. Nos nomes derivados [[am]á(r)]vel], [[venc]e(r)]dor] e [[pun]i(r)]vel], elas são simples elementos de ligação (morfemas vazios) entre a raiz e o sufixo.

Em resumo, as noções básicas sobre radical e tema são:

- O tema é a parte da palavra que se opõe às flexões.
- O tema desprovido da vogal temática denomina-se radical.

- O radical é constituído da raiz mais os morfemas derivacionais, se os houver.
- Entre os elementos que formam o radical às vezes aparecem morfemas vazios.
- A vogal temática é pré-desinencial; a vogal de ligação é pré-sufixal.

## BASE

Além dos conceitos de raiz, radical e tema, os lingüistas costumam empregar o termo *base*, definido como “toda forma a que se podem acrescentar afixos de qualquer tipo” (Bauer, 1983:21). Na prática, embora se confunda às vezes com o tema, o radical ou a raiz, a base constitui o elemento sobre o qual se assenta a regra de formação da palavra.

Assim sendo, conforme explica Ortega (1990), uma base pode ser qualquer unidade morfológica, com exceção dos afixos, incluindo por conseguinte tanto vocábulos derivados como compostos: *-screver* é a base de [pre] para formar **prescrever**, mas *prescrev-* é a base de [ção] para formar **prescrição**. Ou seja, como define Rio-Torto (1986:130): “é o tema (*sic*) primário ou secundário que está na origem imediata de uma nova palavra complexa”.

Só para fixar melhor, retomemos um exemplo bem simples: **porta** é a base de [inha] para a geração de **portinha** que, por sua vez, encerra a base de [ola] para **portinhola**. E assim por diante.

## EXERCÍCIO III

1. Levando em conta a ordem em que os morfemas aparecem, assinale a análise correta para o vocábulo **inconstitucionalmente**:

- [ [ [in [constitu] cion] al] mente]
- [ [in [ [ [constitu] cion] al] mente]
- [in [ [ [constitu] cion] al] mente]
- [ [in [constitu] ] cion] al] mente]

2. Substitua os termos grifados na definição abaixo por outros que você conhece:

O elemento básico, central, de uma construção morfológica é chamado de **núcleo**, em oposição à **periferia** (Basílio, 1974b:93).

3. Em **bondade** existe a vinculação com a forma primitiva **bom**. Em **boneco** e **bonito** essa mesma vinculação outrora existiu, mas os falantes de hoje em geral não mais a percebem. Como então se classificam tais vocábulos quanto ao processo de formação?

4. Dos nomes abaixo, indique os que possuem a mesma raiz de **ferro**:
- ferreiro
  - ferocidade
  - ferrolho
  - ferradura
  - feroz
  - ferrovia

5. Assinale as palavras que devem ser consideradas como primitivas:

- feliz
- aprendiz
- orelhudo
- canudo
- final
- geral
- borboleta
- maleta

6. Marque o que for correto:

- Azulejo** deriva de **azul** mais o sufixo [ejo].
- Bruxulear** é composto de **bruxo** e **olhar**.
- Em **lobisomem** existem dois componentes destacáveis.
- Estrela** e **astro** são vocábulos simples.
- Tubarão** é formado de **tubo** e o sufixo aumentativo.

7. Destaque as raízes das palavras:

- árvore
- demente
- rouxinol
- ventilador
- retrato
- campônio
- mortalha
- pútega

8. Em **madeira**, o [a] final é vogal temática ou desinência de gênero?

9. Cite dez exemplos de nomes que apresentam a vogal temática do plural alterada no singular.

10. Formule os conceitos de:

- comutação;
- alomorfia;
- alternância;
- cumulação.

11. Faça a análise mórfica das palavras:

- somente;
- oitavo;
- astronave;
- indisponibilidade;
- revitalizar.

12. Dê exemplos de alomorfia para as raízes dos seguintes vocábulos:

- [erv] a;
- [leit] e;
- [cé] u;
- [tour] o;
- [abelh] a;
- [sab] er;
- [quer] er;
- [morr]er.